

## Nota do editor

Paulo de Carvalho

---



### **Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/ras/168>

DOI: 10.4000/ras.168

ISSN: 2312-5195

### **Editora**

Sociedade Angolana de Sociologia

### **Edição impressa**

Data de publicação: 1 dezembro 2012

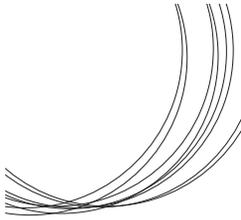
Paginação: 5-8

ISSN: 1646-9860

### **Refêrencia eletrónica**

Paulo de Carvalho, « Nota do editor », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 10 | 2012, posto online no dia 20 novembro 2013, consultado no dia 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/ras/168> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/ras.168>

---



## Nota do editor

O nº 10 da *Revista Angolana de Sociologia* marca o termo do 5º ano de existência desta revista. O tema central escolhido para este número é estrutura social e marginalização social.

No decurso do ano de 2012, recebemos um total de 36 artigos, tendo transitado para este ano 3 outros artigos. Se a eles juntarmos a recepção de 7 artigos pedidos a investigadores de gabarito, temos a gestão de 46 artigos durante o ano. Trata-se de um recorde absoluto nesta revista, que demonstra a aceitação que estamos a ter quando completamos 5 anos de vida.

A respeito da *estrutura social e marginalização social*, trazemos 5 artigos, 1 entrevista e 2 recensões, num total de 8 textos. Para além disso, temos mais 4 artigos, 1 nota de pesquisa e 1 intervenção.

A abordagem do tema central inicia com José Soeiro, Ricardo Sá Ferreira e João Mineiro, que abordam a forma como a actual crise económica mundial está a afectar a estrutura social, com particular incidência para a pauperização de uma camada frágil da população – a juventude. A precariedade e o desemprego estrutural estão a atingir particularmente os jovens europeus com idade até aos 25 anos (21,4% em 2010), ao ponto de “na União Europeia os jovens serem os mais penalizados . . . , o que demonstra a erosão da sociedade do emprego estável e a ampliação da precariedade e de processos de fragilização” [p. 78]. Isso justifica o desânimo e o elevado grau de irritabilidade e de violência dos jovens europeus, sobretudo nos países em que a crise económica é mais evidente (Grécia, Portugal e Espanha, para citar somente alguns). Os autores discorrem sobre a teoria de classes e a estratificação social, recorrendo à noção de poder presente em Max Weber, ao controlo do trabalho e aos recursos culturais em Erik Olin Wright e à noção de capital de Bourdieu para proporem uma nova abordagem na teoria de classes sociais. A precariedade do trabalho é hoje lugar-comum, devido à crise e às formas atípicas de trabalho que se vão tornando típicas [p. 83]. A crise acentua a pobreza, as desigualdades sociais e a marginalização social. *Quo vadis, capitalismo?*

Segue-se a socióloga Paula Guerra, que aborda a exclusão social, enquanto categoria que considera a “população localizada à margem do progresso económico e da partilha dos benefícios daí resultantes”, sujeita a “fragmentações e erosões dos laços entre o indivíduo, a sociedade e o Estado” [p. 92]. Os excluídos são, de facto, “os que não têm direito a um rendimento, a um trabalho, a uma actividade

económica, à educação, à formação, à saúde, à habitação e à igualdade de oportunidades” [p. 92]. Já a inclusão assenta na “aceitação e valorização da diversidade, na cooperação entre diferentes e na aprendizagem da multiplicidade”, é um “processo através do qual a sociedade, nas suas mais diversas dimensões, se adapta de forma a poder incluir todos os indivíduos” [p. 96]. Remata, considerando que “o combate à pobreza e à exclusão social é tanto mais efectivo quanto mais resulte de um processo amplamente participado pelas populações, onde as organizações de base associativa constituam instrumentos de reforço dos elos sociais” [p. 104]. E apresenta alguns exemplos de programas de combate à pobreza e de inclusão social que se executam em Portugal — num dos casos, tendo como beneficiárias crianças são-tomenses.

Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento trazem-nos uma análise a respeito da estigmatização de que são vítimas os portadores do VIH e doentes de sida, no Norte de Portugal (distrito de Bragança). Os autores dizem-nos que boa parte dos seropositivos cumpre as prescrições médicas em relação à toma dos anti-retrovirais; quanto aos demais, não será certamente “alheio o facto de muitos deles terem trajectos de vida marcados pelo consumo de estupefacientes, um factor que, certamente, condiciona a disponibilidade para responder ao rigor exigido pelo tratamento” [p. 122]. Somente 23% dos inquiridos possuem emprego, mas um aspecto positivo a destacar é que a maioria deles (80%) não se vê “como um ‘peso financeiro’ para os parentes mais próximos” [p. 124]. A estigmatização é a pior coisa que os seropositivos sentem: “os estigmas . . . são geralmente responsáveis por processos de auto e hétero-exclusão social que se repercutem de forma negativa em quase todas as dimensões da vida dos doentes e, não raro, na dos seus familiares mais chegados” [p. 124].

A abordagem do tema central prossegue com o concurso da comunicóloga Carla Águas, que nos fala das comunidades negras do Brasil que habitam os chamados quilombos e do seu lugar na estrutura social. Através “do exemplo quilombola, analisa outros modelos de relação com a terra, contemporâneos e paralelos à lógica de mercado, que disputam espaço dentro de um modelo estruturalmente excludente” [p. 133]. O Brasil é terra de desigualdades gritantes, de fortes contrastes e de exclusão espacial. Um dado interessante em termos fundiários, que a autora nos apresenta, dá conta que no Brasil as “propriedades com menos de 10 hectares representavam [em 1995] quase metade do número de estabelecimentos rurais, mas ocupavam uma área de apenas 2,23% do espaço produtivo; já as propriedades com acima de 10.000 hectares, apesar de corresponderem a 0,05% dos estabelecimentos rurais, ocupavam 14,51%” do espaço produtivo brasileiro [p. 139]. Acerca dos quilombos, a constituição brasileira de 1988 atribui “direitos territoriais às comunidades remanescentes de quilombos” e estabelece a “necessidade de protecção do património cultural de tais grupos” [p. 141].

A terminar, Bruno Amaral Andrade fala-nos da lusofonia enquanto espaço de contacto cultural à escala internacional. Utiliza, para o efeito, a capoeira enquanto manifestação cultural oriunda de África e difundida no Brasil, que é agora transportada para os espaços lusófonos. A possibilidade de a capoeira construir (ou reconfigurar) espaços lusófonos “significa tanto analisar a peculiaridade da presença da língua portuguesa no seu âmbito interno, como interrogar sobre as memórias culturais e as performances enunciativas trazidas à tona quando da sua propagação” [p. 153]. O autor fala sucintamente da evolução histórica da visão acerca da capoeira no Brasil (entendida como manifestação

artística, como herança da miscigenação ou encarada exoticamente, como uma espécie de “desporto nacional brasileiro” [p. 155]), para concluir dizendo que é hoje um “bem cultural de matriz africana, ou afro-brasileira” [p. 156]. Difundindo-se internacionalmente em língua portuguesa, é facto que a capoeira “traduz a possibilidade de enunciação do subalternizado”, encontrando-se “em negociação com a hegemonia das relações de poder coloniais/modernas” [p. 157].

A abordagem do tema central do número inclui uma entrevista que o sociólogo Paulo de Carvalho concedeu neste mês de Dezembro ao jornal *Semanário Económico* (editado em Luanda), a respeito do orçamento do Estado angolano para 2013, da distribuição do rendimento nacional e da necessidade de eliminação das assimetrias regionais.

Inclui ainda duas recensões. A socióloga Cesaltina Abreu está presente com uma abordagem a respeito de um dos principais livros de Amartya Sen, enquanto a antropóloga Noélia Rodrigues aborda a forma de actuação de capitalismo, numa leitura de Boaventura de Sousa Santos.

No que respeita aos demais artigos aqui incluídos, Marina de Melo aborda a hermenêutica e a dialéctica em Gadamer e Habermas. Refere que, para Gadamer, “o sujeito só se insere num plano hermenêutico, em termos práticos, na medida em que consegue situar-se no ponto de vista do seu interlocutor para compreender as suas posições” [p. 12]. Para além disso, devemos ter “abertura à opinião do outro e, nessa abertura, colocarmos essas opiniões do outro em relação, em diálogo com as nossas” [p. 13]. O mesmo Gadamer propõe que “a tradição seja válida a partir da sua lógica, das suas pretensões, de seu contexto e não apenas sob uma simples volta ao passado e à alteridade em relação a esse passado” [p. 13]. Já Habermas “propõe a universalidade do método dialéctico, ao considerar que a dialéctica é capaz de aprofundar a reflexão não levada às últimas consequências pela hermenêutica” [p. 18].

Vem a seguir o sociólogo e politólogo Gisálio Cerqueira Filho, que apresenta elementos para a história recente da Ciência Política na América Latina (em particular, no Brasil), centrando a sua atenção para as últimas três décadas. Uma antiga marca, que ainda perdura, tem a ver com o facto de “o pensamento social e político, bem como a teoria política, deixarem-se atravessar por uma genealogia das ideias filosóficas com forte acento jurídico, tanto da escolástica quanto do direito canónico” [p. 24]. No Brasil, as duas instituições que o autor destaca a partir da década de 1980 são o IUPERJ e a UFMG. No final, apresenta e discute um programa de Ciência Política (Teoria Política clássica), ministrado por si em 2002, na Universidade Federal Fluminense.

O sociólogo angolano José Carlos Venâncio discorre a respeito do racionalismo, positivismo e historicismo, para de seguida indagar: “Será que as sociedades não europeias ou ocidentais, grande parte delas integrantes do chamado Terceiro Mundo, estão condenadas a uma evolução no sentido da que tem sido experimentada pelas sociedades do mundo euro-americano?” [p. 37] O sociólogo considera que não. Acha que é preciso optar por vias de desenvolvimento alternativas, por um “desenvolvimento endógeno, que é, em princípio, mais sustentável e enriquecedor, na medida em que incentivaria um outro olhar para o mundo rural, para as línguas e culturas locais, para as formas de organização social” [p. 38]. Aborda, a seguir, o processo de democratização na África subsariana, onde predominam Estados frágeis e Estados neopatrimoniais. Refere a existência de um “conceito alargado de democracia”, que é uma “dimensão que raramente é referida no Ocidente” [p. 41]. Termina com o caso de Angola,

analisando a mudança de sistema de governo com a Constituição de 2010 e o papel da sociedade civil no processo de democratização.

Finalmente, Maciel Santos ilustra a importância da borracha e do algodão para a economia portuguesa e para o crescimento económico e social da colónia de Angola, no período de 1886 a 1932. Este autor diz-nos que “a colónia portuguesa que durante todo o século XIX e XX exportou maior diversidade de mercadorias rendeiças foi Angola”, já que “depois dos escravos, do marfim, da urzela e da cera, Angola entrou no que se pode chamar o ciclo da borracha, que se desenvolveu entre a década de 1880 e o início da I Guerra Mundial” [p. 51]. Por outro lado, no período 1892-1932, “Angola tornou-se o grande mercado externo das fábricas algodoceiras portuguesas” [p. 58]

Numa nota de pesquisa, o arquitecto e investigador Jacinto Rodrigues fala-nos da sua passagem pelo Deserto do Namibe, por Benguela e por Luanda, com notas antropológicas e sociológicas de interesse para estudantes e estudiosos dessas duas disciplinas.

Finalmente, no que respeita a intervenções, trazemos as palavras do economista Adelino Torres aquando da outorga do grau de *doutor honoris causa* ao embaixador cabo-verdiano Onésimo Silveira, pela Universidade do Mindelo (Cabo Verde).

Boa leitura e bom ano 2013 a todos os colaboradores da revista, autores e leitores.

Paulo de Carvalho